



Valor Econômico – 02 Mar 2004

Estudo diz que modelo desestimula novos projetos privados no setor

Os investidores privados do setor elétrico, temerosos com a aprovação do novo modelo, decidiram intensificar as conversas em Brasília, mas, desta vez, municiados de estudo da consultoria Tendências. Ontem, antes de embarcar para capital federal, alguns executivos do setor apresentaram o resultado do documento. Conclusão: o modelo proposto pelo Ministério das Minas e Energia desestimula novos investimentos privados; abala a credibilidade da regulação do setorial; quebra as regras do modelo anterior e abre brechas para embates jurídicos.

Os presidentes da Duke Energy, Mickey Peters, da Tractebel, Manoel Zarone Torres, repetiram, mais uma vez, que deverão adiar investimentos no Brasil, diante das incertezas do novo marco regulatório. "Queremos continuar no Brasil, mas ainda precisamos remunerar o nosso capital aplicado aqui na privatização", diz Peters. Ele adiantou que o CEO mundial da Duke, Paul Andersen, desembarca essa semana no Brasil pela primeira vez e deverá ter um encontro com a ministra, Dilma Rousseff.

Ao comentar o estudo, Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central e atualmente sócio da consultoria Tendências, fez uma ressalva cuidadosa sobre o futuro do setor: "o problema de ter um marco regulatório estatizante é abalar a qualidade do futuro investidor".

Loyola não quis explicar qual seria o perfil desse novo investidor. Em seguida, disse que pode ser um investidor pouco comprometido e que, ao sinal de qualquer crise, possa, por exemplo, abandonar o empreendimento. Ou, ainda, um investidor que exija que o governo assuma os riscos do projeto. "A questão é que um investimento no setor leva mais de 20 ou 30 anos", reforçou Paulo Born, vice-presidente da Duke.

Segundo Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), a estratégia do setor, nesta semana, é tentar aprovar pelo menos três tópicos, dos onze considerados como fundamentais, da Medida Provisória 144, que rege o novo modelo. Grosso modo, as geradoras privadas querem isonomia de tratamento para poder competir. "Precisamos entrar em consenso e livrar o país de arapucas com a quebra de contratos", disse. "Não temos a pretensão de mudar o modelo, mas apenas de corrigir alguns pontos".